



246

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Primeira Câmara Cível

Apelação Cível nº 0121184-3

Apelante: BOMPREGO S/A - Supermercados do Nordeste

Apelado: Carmem Lúcia Feitosa de Luna Coutinho e OUTRO

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. DISPARO DE ALARME ANTI-FURTO EM SUPERMERCADO. REALIZAÇÃO DE ABORDAGEM QUE SUBMETE OS CLIENTES À SITUAÇÃO VEXATÓRIA. DANO MORAL CARACTERIZADO. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO NA ORIGEM. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA 362/STJ. JUROS DE MORA. SÚMULA 54/STJ. RECURSO PROVIDO.

1. O disparo de alarme anti-furto, seguido de abordagem inadequada a cliente, deixando-o em situação de constrangimento, ao tempo em que contunde o direito da personalidade, chama a depor o dever de indenizar por dano moral.
2. O valor da indenização fixado individualmente em R\$ 50.000,00 deve ser reduzido para R\$ 5.000,00, ante a natureza e gravidade do ato, a intensidade da ofensa, a condição social e política do ofendido, bem como a capacidade econômico-financeira do agente causador do dano.
3. Tratando-se de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios fluem a partir do evento danoso (súmula 54 do STJ).
4. A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do definitivo arbitramento (Súmula 362/STJ).

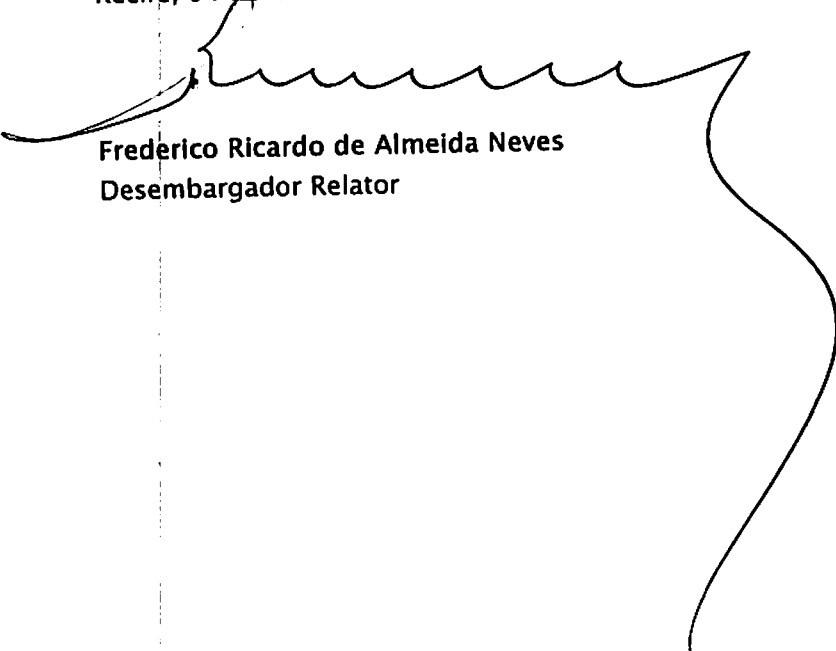
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Apelação Cível nº 0121184-3, em que figura como apelante BOMPREGO S/A - Supermercados do Nordeste, e como apelados Carmem Lúcia Feitosa de Luna Coutinho e Luiz Carlos Segundo de Luna Coutinho, acordam os desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, na conformidade do termo de julgamento e das notas taquigráficas respectivas, à unanimidade de votos, em dar provimento ao apelo, para reduzir o quantum indenizatório de R\$50.000,00 (cinquenta

Carmem
5658

mil reais) para R\$5.000,00 (cinco mil reais) para cada apelado, com a incidência de juros moratórios a partir do evento danoso (súmula 54 do STJ) e correção monetária a partir da data do arbitramento (Súmula 362/STJ).

Recife, 04 de maio de 2010.



Frederico Ricardo de Almeida Neves
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Primeira Câmara Cível

Apelação Cível nº 0121184-3

Apelante: BOMPREGO S/A - Supermercados do Nordeste

Apelado: Carmem Lúcia Feitosa de Luna Coutinho e OUTRO

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de apelação interposto contra sentença (v. fls. 171/173) que, nos autos da ação de indenização por danos morais, julgou procedente a pretensão indenizatória e condenou o réu, ora apelante, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), corrigidos monetariamente a partir da citação e acrescido de juros moratórios de 0,5% ao mês, a partir da sentença até a sua efetiva satisfação, sendo metade para cada um dos autores. Condenou, ainda, o apelante nas custas processuais e honorários advocatícios, estes à razão de 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação.

A sentença apelada reconheceu, como fato gerador de dano moral, a justificar a indenização pecuniária requerida, o fato de o preposto do apelante ter esquecido de retirar o sensor anti-furto de um dos produtos (creme) comprados pelos apelados, o que ocasionou o acionamento do sistema de alarme, e conseqüentemente, o constrangimento dos apelados diante de várias pessoas que se encontravam no supermercado.

Irresignada, a suplicada interpôs recurso de apelação (fls. 177/188), em cujas razões, sustenta em síntese que: 1) a prova técnica realizada nos autos, não apresenta significativas conclusões que dêem base sólida ao pronunciamento judicial, pois não se pode tirar conclusões de uma imagem inanimada; 2) a testemunha (fls. 166) afirma que "presenciou os autores se dirigindo a gerência do estabelecimento pedido para serem vistoriados"; 3) os apelados tiveram participação ativa para ocorrência dos fatos; 4) valor excessivo da condenação. Pedes, em razão disso, a reforma da sentença para fixar o valor da indenização de forma prudente e moderada.

A parte autora, ora apelada, ofereceu contra-razões (194/206), com as quais rechaça todas as teses do apelante para no final requerer a confirmação da sentença.

Deixe-se registrado que os autos me foram redistribuídos, por remoção, em 26/02/2008.

Recife, 08 de julho de 2008.


Frederico Ricardo de Almeida Neves
Desembargador Relator

255

Apelação Cível nº 0121184-3 TJPE

247/A



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Primeira Câmara Cível
Apelação Cível nº 0121184-3
Apelante: BOMPREGO S/A - Supermercados do Nordeste
Apelado: Carmem Lúcia Feitosa de Luna Coutinho e OUTRO
Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

VOTO

O Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves (Relator), proferiu o seguinte voto:

O apelo é adequado, tempestivo e está devidamente preparado.

Compulsando os presentes autos, verifico que o recurso de apelação reúne condições de êxito, para reduzir o valor da indenização.

O caso em exame condiz a pedido de indenização por dano moral decorrente de conduta ilícita do apelante, que expôs a demandante a situação vexatória e humilhante.

Restou incontroverso que em 12/12/2001, por volta das 12:00h, quando os autores saíam do estabelecimento do apelante com suas compras, após ter passado pelo caixa e pago por eles, o sensor anti-furto disparou. Inclusive, a própria apelante afirma que em nenhum momento pretendeu negar a existência do fato (fls. 180), pedindo em seu requerimento, tão-somente, a redução do valor da indenização (fls. 188).

Ora, presentes estão, assim, os pressupostos da responsabilidade, a saber: a ação lesiva, o dano moral e o nexa causal, sendo certo que, uma vez constatada a indevida invasão na esfera moral das partes recorridas, o direito à compensação (ou, se for o caso, à reparação), deve ser chamado a depor.

O abalo moral não pode ser negado, pelo que se impõe a manutenção do dever de indenizar (*an debeatur*); não, contudo, na extensão imposta no ato judicial atacado. Há de se situar em patamar bem menor ante a natureza e gravidade do ato, a intensidade da ofensa, a condição social e política do ofendido, bem como a capacidade econômico-financeira do agente causador do dano.

Observados tais critérios, e considerada a jurisprudência predominante da E. Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, arbitra-se a indenização na quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada um dos apelados.

Deixe-se acentuado que o termo inicial da correção monetária é o da data em que o valor da indenização foi fixado, portanto, no caso, o do acórdão deste Tribunal de Justiça (incidência da súmula nº 362/STJ). Já os juros de mora incidirão a partir da data do evento danoso (incidência da súmula nº 54/STJ).

Posto isso, e sem mais delongas, voto no sentido de dar provimento parcial ao recurso, para reduzir a indenização para o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada um dos apelados.

Recife, de de .

Frederico Ricardo de Almeida Neves
Desembargador Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL – 04.05.2010
APELAÇÃO CÍVEL Nº 121184-3 – CARUARU
APELANTE : BOMPREGO S/A – SUPERMERCADOS DO NORDESTE
APELADOS : CARMEN LÚCIA FEITOSA DE LUNA COUTINHO E OUTRO
RELATOR : DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES
REVISOR : DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO SOARES

RELATÓRIO

(O relatório encontra-se à fls. 241/242 dos presentes autos).

VOTO DO RELATOR

Senhores, o apelo é adequado, tempestivo e está devidamente preparado.

Compulsando os presentes autos, verifico que o recurso de apelação reúne condições de êxito apenas para reduzir o valor da indenização.

O caso em exame condiz a pedido de indenização por dano moral, decorrente de conduta ilícita do apelante que expôs a demandante à situação vexatória e humilhante.

Restou incontroverso que, em 12.12.2001, por volta das 12:00 horas, quando os autores saíam do estabelecimento do apelante, com suas compras, após ter passado pelo caixa e pago por elas, o sensor antifurto disparou, inclusive a própria apelante afirma que em nenhum momento pretendeu negar a existência do fato (fl. 180), pedindo em seu requerimento tão-somente a redução do valor da indenização (fl. 188).

Senhor Presidente, estou acolhendo a pretensão apelatória – o meu voto está escrito aqui – e estou impondo uma indenização de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada um dos apelados, que faz um total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que é mais ou menos o valor que nós estamos a fixar aqui, com os juros e correção monetária na forma das súmulas 43 e 54 do STJ.

É como voto.

DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA (PRESIDENTE)

Ouço o eminente Revisor.

259
237
249



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO SOARES (REVISOR)

O meu voto coincide inteiramente com o bem lançado voto do Relator.

O fato de ter sido o alarme deflagrado na saída da loja e ter causado constrangimento aos consumidores autores da ação foi provado com gravação VCR, não foi impugnado pela parte demandada/apelante, e tão-somente há impugnação com relação ao valor que foi quantificado para indenização de danos morais, que o juiz fixou em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada apelado.

Entendo que tal valor realmente não está consoante o que tem sido arbitrado pelos tribunais superiores e, por conseguinte, também dou provimento ao apelo tão-somente para reduzir o *quantum* indenizatório para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos mesmos termos do voto do eminente Relator.

DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA (PRESIDENTE)

Adiro à douta Turma.

DECISÃO

"UNANIMEMENTE, DEU-SE PROVIMENTO AO APELO PARA A REDUÇÃO DO PREÇO DA REPARAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR."
